



AGENDA DE SAÚDE EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM FEVEREIRO DE 2019

Cláudio Viveiros de Carvalho
Fabio de Barros Correia Gomes
Gustavo Silveira Machado
Marcelo Ferraz de Oliveira Souto
Mônica Nunes Rubinstein
Consultores Legislativos da Área XVI
Saúde Pública e Sanitarismo

ESTUDO TÉCNICO

MARÇO DE 2019

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2019 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Metodologia.....	4
3. Temas de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados	6
3.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC).....	7
3.2 Projetos de Decreto Legislativo (PDC)	8
3.3 Propostas de emenda à Constituição (PEC)	9
3.4 Projetos de lei complementar (PLP)	15
3.5 Projetos de Lei Ordinária (PL)	17
4. Conclusões.....	26
Apêndice 1 – Dados usados na produção dos gráficos	28
Apêndice 2 – Listagens de proposições selecionadas, por tipo de proposição	42

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta os temas relacionados à saúde tratados nas proposições em tramitação nas comissões e Plenário da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019. Consiste em reaplicação de metodologia utilizada anteriormente (desde 2005, com destaque para estudos mais amplos, realizados em 2014¹, 2016² e 2017³) e, como os demais, oferece uma “fotografia” da “agenda da saúde” em tramitação nesta Casa, relevante para as funções de legislar e de fiscalizar.

A seção 2 apresenta a metodologia adotada e a seguinte, gráficos e considerações sobre achados de maior destaque a respeito de temas de saúde associados a cada um dos tipos de proposição legislativa pesquisados: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a proposta de fiscalização e controle (PFC) e o projeto de decreto legislativo (PDC). Na última seção são apresentadas as conclusões da pesquisa.

O apêndice 1 apresenta as tabelas com dados utilizados como fontes para os gráficos e o apêndice 2, as listagens das proposições consideradas como prioritárias em cada um dos tipos.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada manteve as mesmas características dos estudos anteriores:

¹ O estudo referente a 2014 está disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema19/2014_6096.pdf.

² O estudo referente a 2016 está disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes.

³ O estudo referente a 2017 está disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35159/agenda_saude_gomes.pdf?sequence=3.

“Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições relacionadas à saúde (assim identificadas no Sileg, a partir de indexação realizada pelo Centro de Documentação e Informação – CEDI – da Câmara dos Deputados) que podem modificar leis ou a Constituição Federal e que tramitam na Câmara dos Deputados, incluindo: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP) e o projeto de lei ordinária (PL).⁴ Também foram incluídas nas análises tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

Também foram coletadas as proposições recuperadas por meio da opção de busca textual, oferecida pelo Sileg Intranet, para os termos “saúde” ou “hospital” ou “doença” ou “medicamento” (...), de modo a ampliar a captação de proposições.”

O banco de dados da pesquisa possui informações sobre cada proposição legislativa relacionada à saúde em tramitação na Câmara, em **06 de fevereiro de 2019**⁵, portanto, no início de uma nova Legislatura e antes de iniciados os trabalhos das comissões permanentes.

No banco de dados são encontradas informações sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo Plenário); situação e local atual de tramitação.

⁴ A medida provisória não foi incluída, devido a seu rápido fluxo de deliberação.

⁵ Apenas os dados sobre as PEC foram coletados em 08/02/2019.

Também, conforme estudos anteriores, todas as proposições coletadas foram classificadas de acordo com tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde), para um maior detalhamento de temas e subtemas da saúde.⁶ Os dados foram submetidos à análise descritiva, priorizando as características agregadas dos temas e locais de tramitação de cada tipo de proposição, por meio de gráficos, elaborados a partir das tabelas apresentadas no apêndice 1. A análise temática considerou apenas a primeira classificação registrada, em que pese o banco de dados permitir registro de até 5 subtemas.

As listagens do apêndice 2 foram elaboradas por meio de critérios de priorização, que consideraram a oportunidade, necessidade de um instrumento legal, instituição de política de saúde que provoque impacto benéfico e difuso na sociedade. As proposições consideradas prioritárias são destacadas na seção 3.

3. TEMAS DE SAÚDE EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O gráfico 1 mostra que o PL foi o tipo de proposição mais prevalente e que os diversos tipos de proposição apresentavam variação na distribuição dos temas de saúde. Por exemplo, para os PL destacou-se o tema sobre direitos e responsabilidades e para os PLP, PEC e PFC, o tema sobre gestão e recursos.

As seções seguintes detalham os achados para cada tipo de proposição. Primeiramente, são apresentados resultados relacionados aos tipos associados à fiscalização (PFC, PDC), seguindo-se os associados à produção de normas legais (PEC, PLP, PL).

⁶ A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V; GOMES, F B; C, LUCCHESI; G, TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=2.

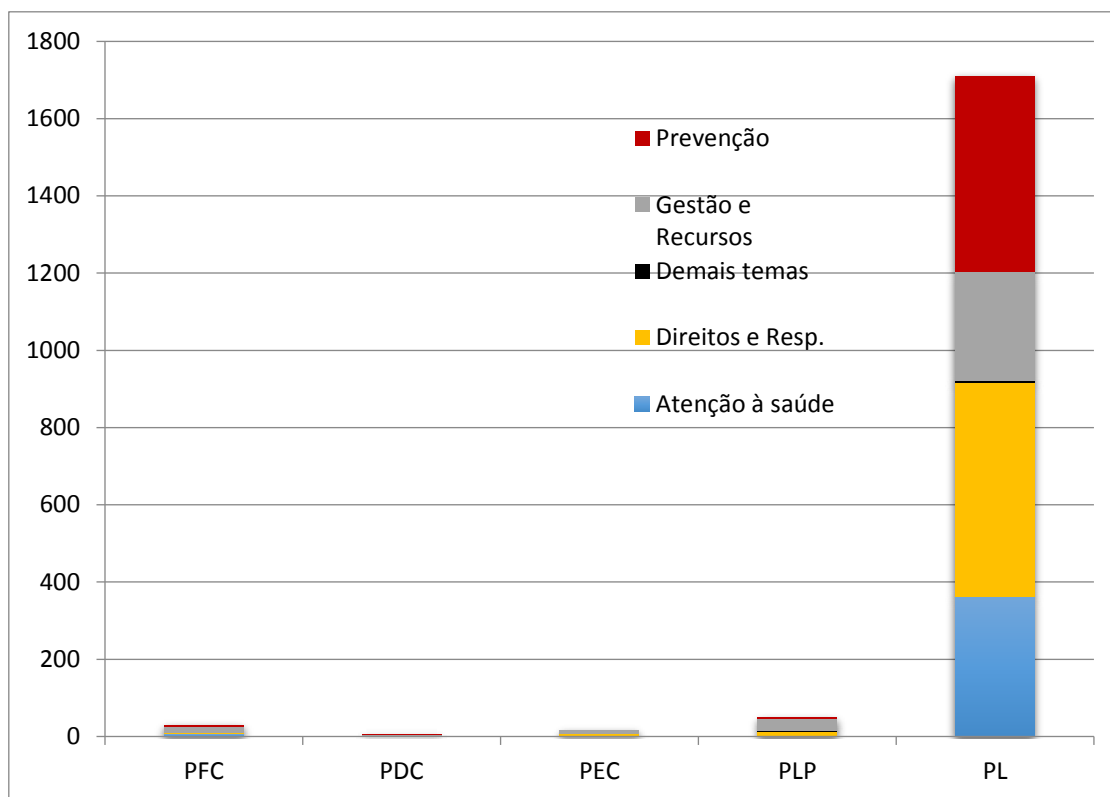
3.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC)

Em 06/02/19 havia 30 PFC relacionadas à saúde tramitando na Câmara, sendo que uma delas foi de autoria de comissão (a de Direitos Humanos e Minorias) e as demais, de deputados. Foram apresentadas entre 2005 e 2018 (gráfico 2). O subtema mais frequente (53,3%) relaciona-se com o financiamento da saúde (gráfico 2).

Todas apresentavam tramitação ordinária e estavam sujeitas apenas à apreciação interna nas comissões. Os locais que concentraram o maior número de PFC relacionadas à saúde em tramitação foram: a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC – e a Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF (gráfico 3). Sete PFC estavam prontas para a pauta (23,3%), sendo 4 na CFFC, 2 na CSSF e uma na Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.

Utilizando-se os critérios de priorização, foram selecionadas 12 proposições, listadas no apêndice 2. Há vários assuntos relevantes em tramitação, destacando-se as fiscalizações relacionadas a: sífilis; tuberculose; epidemia do crack; planos de saúde; recursos do DPVAT; contaminação pelo chumbo, abatedouros; e segurança de medicamentos.

Gráfico 1. Distribuição de temas da saúde, segundo tipos de proposições em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019.



Fonte: Tabelas 1, 3, 5, 7, 9 (apêndice 1), elaboradas a partir de dados do SILEG.

3.2 Projetos de Decreto Legislativo (PDC)

Em 06/02/19 havia 5 Projetos de Decreto Legislativo (PDC) relacionados à saúde tramitando na Câmara de autoria de: deputados (2), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (2) e do Senado Federal (1).

As proposições distribuíram-se igualmente entre os temas (gráfico 4). Não havia PDC relacionado à saúde tramitando na CSSF e duas estavam prontas para a pauta - no Plenário da Câmara e na CCJC (gráfico 5). O PDC pronto para pauta no Plenário da Câmara foi apresentado em 1985 (sobre pecúlio parlamentar).

Utilizando-se os critérios de prioridade foram selecionadas 2 proposições, listadas no apêndice 2, que abordam tratados internacionais envolvendo a saúde.

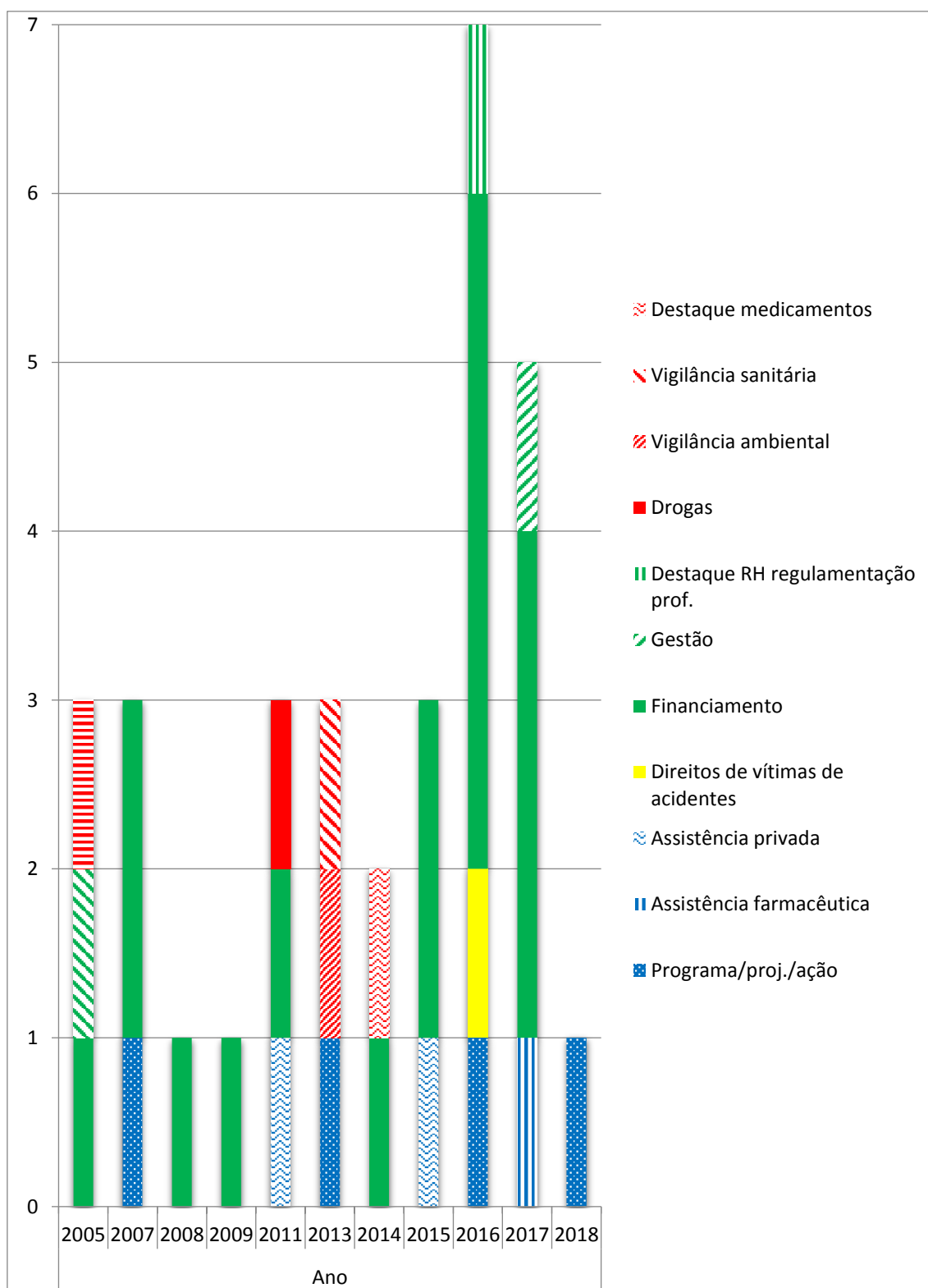
3.3 Propostas de emenda à Constituição (PEC)

Em 08/02/19 havia 15 PEC relacionadas à saúde tramitando na Câmara, quase todas de autoria de deputados (apenas três do Senado e uma do Executivo), apresentadas entre 2003 e 2016 (gráfico 6). O tema mais frequente foi o de gestão e recursos (60%).

Segundo as regras regimentais, todas as PEC tramitam em regime especial (não sendo admitida a urgência) e devem ser apreciadas pelo Plenário. O local que concentrou o maior número de PEC em tramitação (40%) foi o Plenário (gráfico 7). Seis PEC encontravam-se prontas para pauta no Plenário. Em 6 casos o Sileg não informou diretamente o local e situação de tramitação (apenas havia referência à apensação).

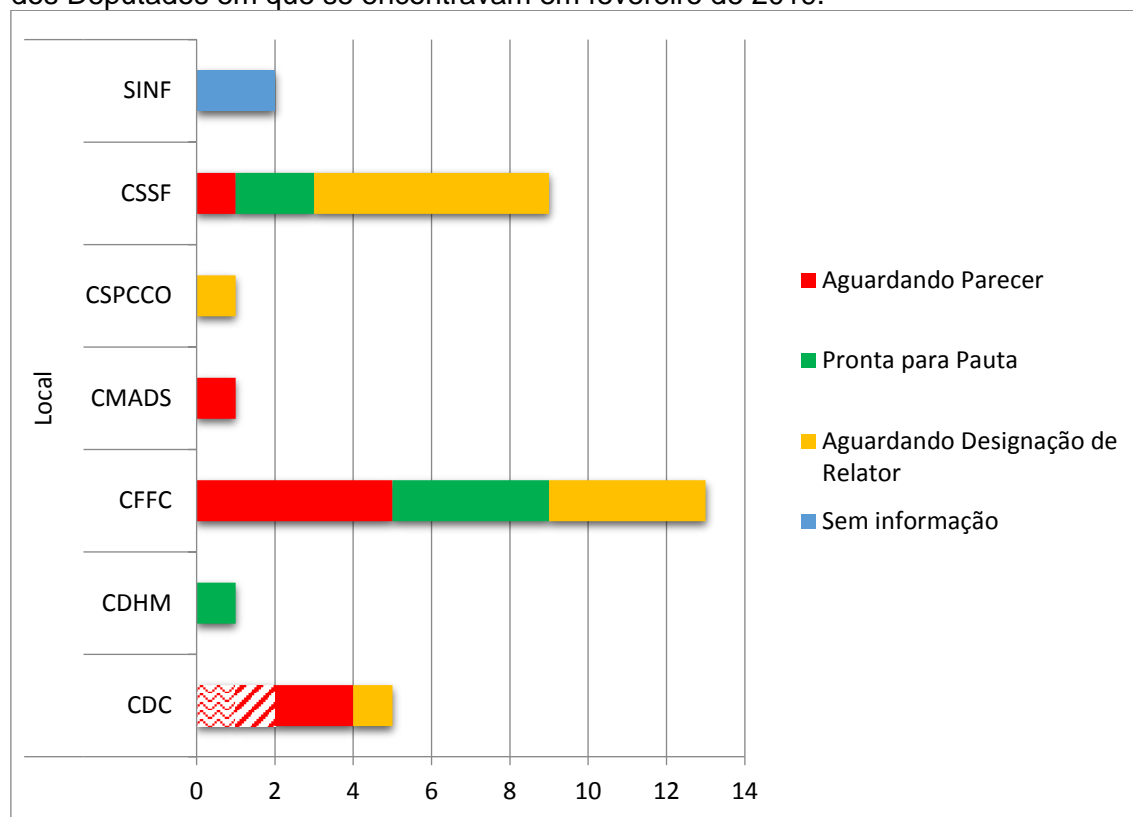
Utilizando-se os critérios de prioridade, foram selecionadas 2 proposições, listadas no apêndice 2, que abordam: carreira de médico e radioisótopos.

Gráfico 2. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 30 PFC em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019, por ano de apresentação



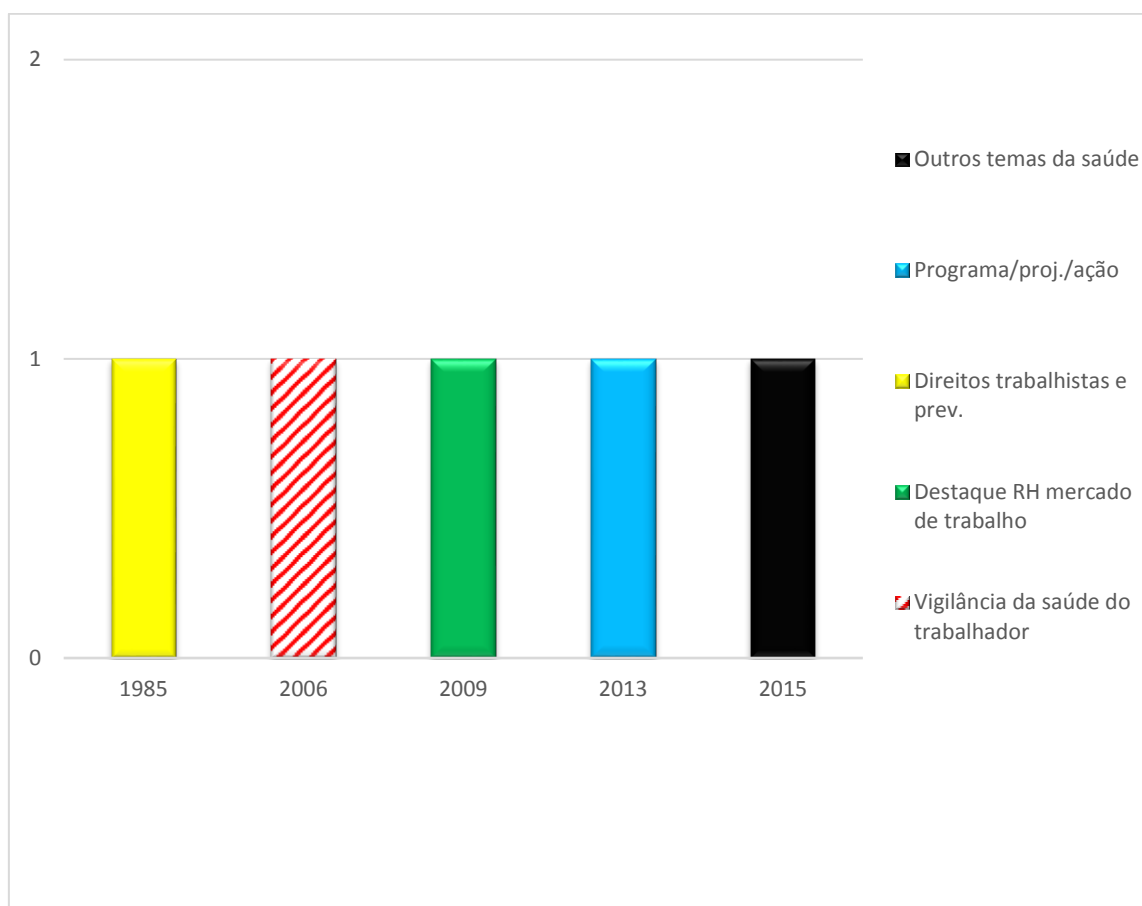
Fonte: Tabela 1 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 3. Distribuição de situação de 30 PFC da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



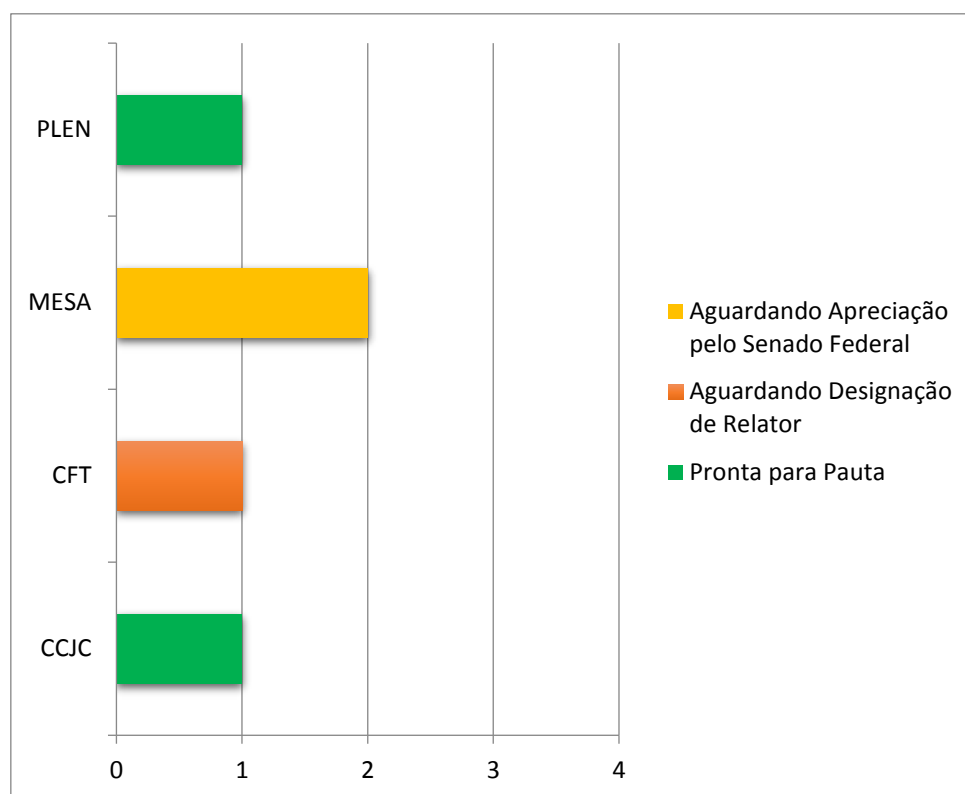
Fonte: Tabela 2 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 4. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 5 PDC em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019, por ano de apresentação.



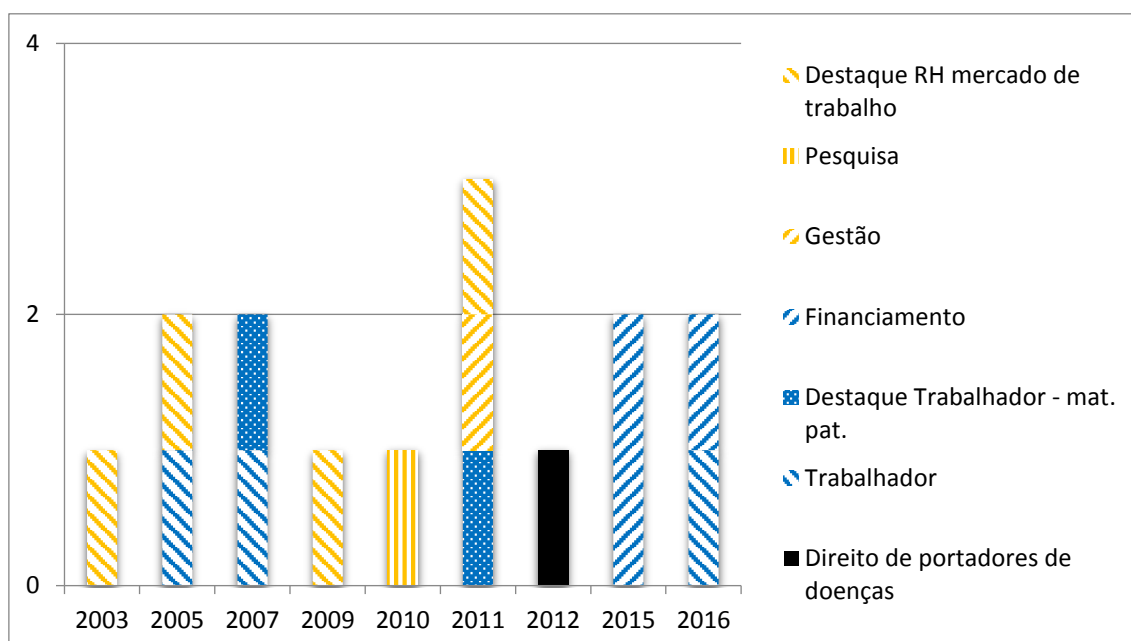
Fonte: Tabela 3 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 5. Distribuição de situação de 5 PDC de saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



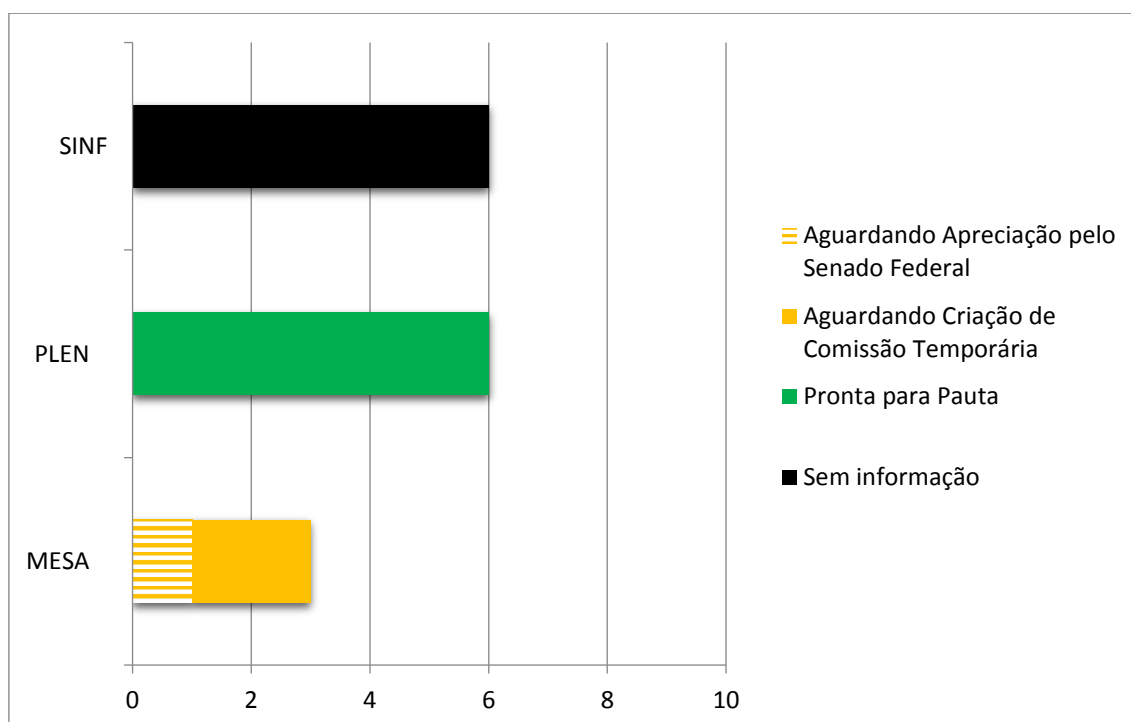
Fonte: Tabela 4 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 6. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 15 PEC em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019, por ano de apresentação.



Fonte: Tabela 5 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 7. Distribuição de situação de 15 PEC da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



Fonte: Tabela 6 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

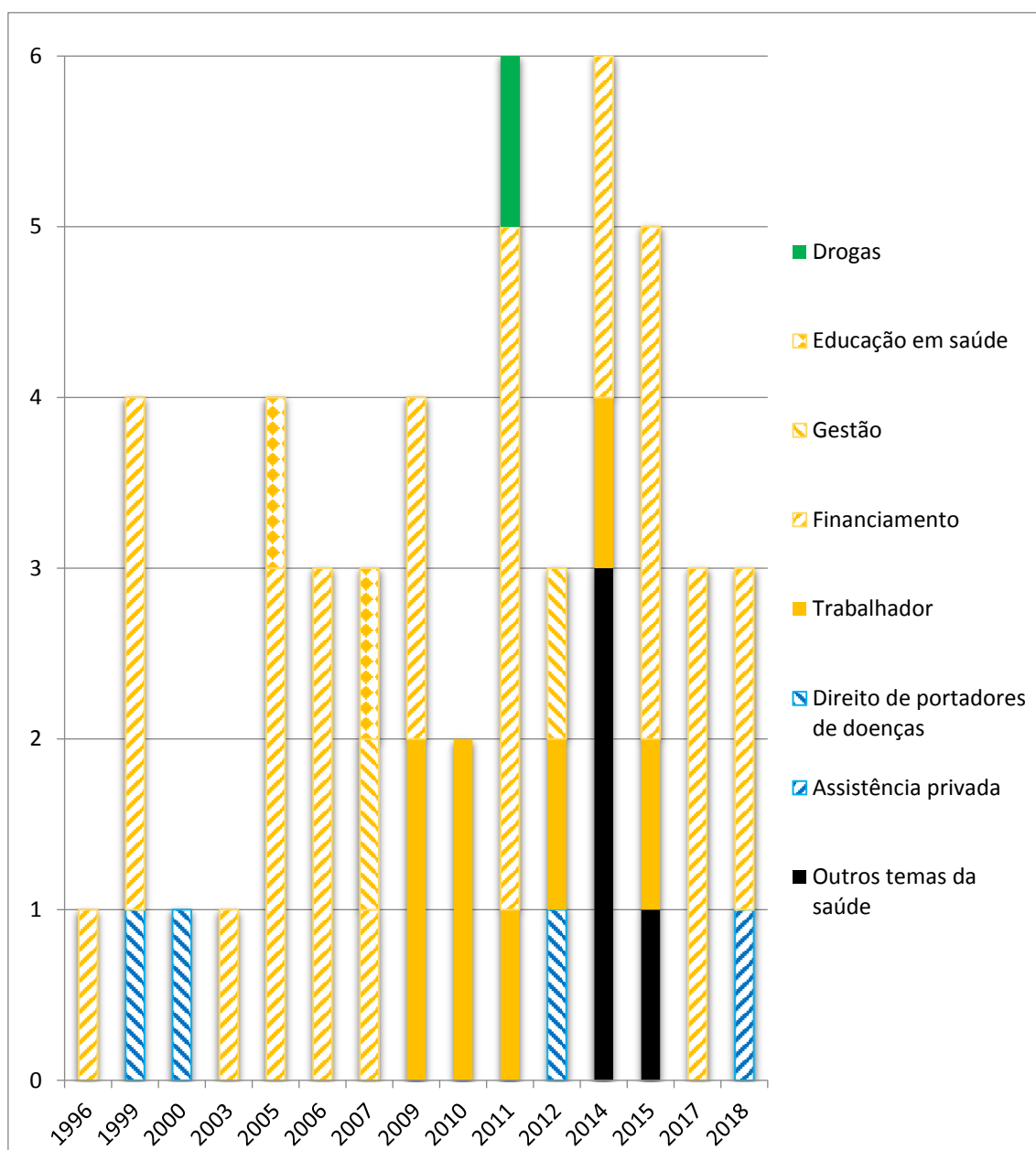
3.4 Projetos de lei complementar (PLP)

Em 06/02/19 havia 49 PLP relacionados à saúde tramitando na Câmara (gráfico 8), quase todos de autoria de deputados (três de comissões, três do Executivo e quatro de senadores), apresentados entre 1996 e 2018. O financiamento da saúde foi o subtema predominante (57,1%).

Havia 27 PLP (55,1%) tramitando em regime de urgência. Todos os PLP, por força regimental, devem ser apreciados pelo Plenário. A análise da variável sobre local de tramitação restou prejudicada, pois para 73,5% das proposições o Sileg não informou diretamente o local e situação de tramitação (apenas havia referência à apensação). Na CSSF havia uma proposição tramitando e no Plenário havia quatro PLP prontos para pauta (gráfico 9).

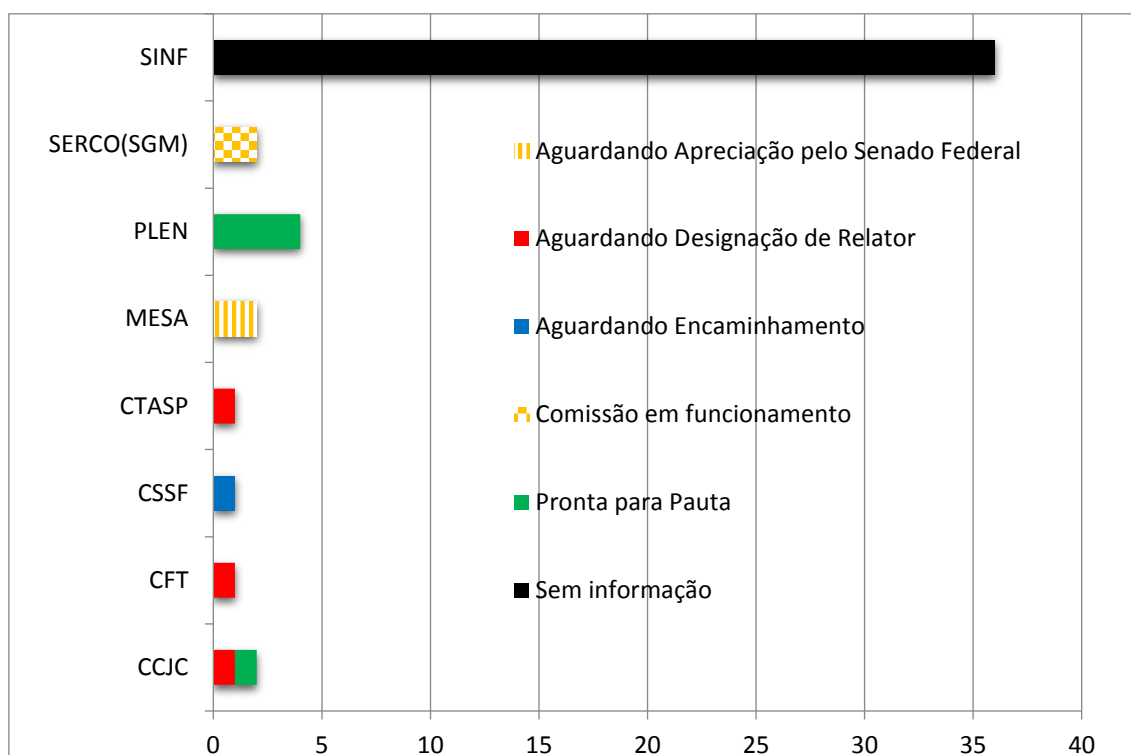
Utilizando-se os critérios de prioridade, foram selecionadas 18 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se: despesas com publicidade e despesas com pessoal da saúde (15 PLP).

Gráfico 8. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 49 PLP em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019, por ano de apresentação.



Fonte: Tabela 7 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 9. Distribuição de situação dos 49 PLP da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



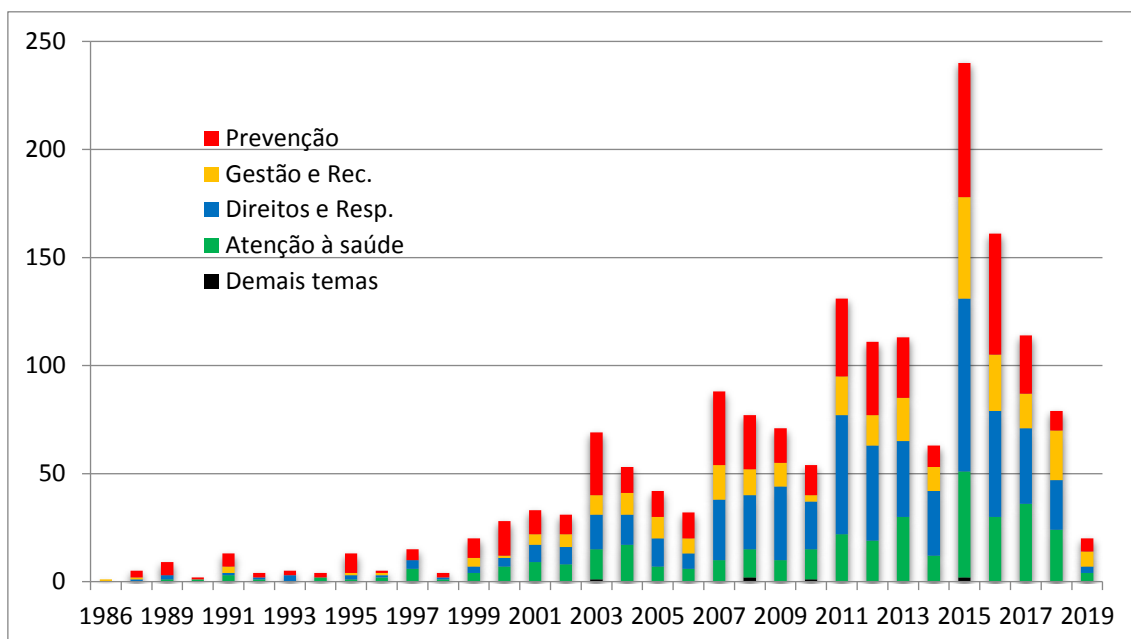
Fonte: Tabela 8 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

3.5 Projetos de Lei Ordinária (PL)

Em 06/02/19 havia 1.710 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde registrados como tramitando na Câmara. O gráfico 10 indica que 88,8% desses PL foram introduzidos na Câmara a partir de 2003. Os temas mais frequentes foram: direitos e responsabilidades (32%), prevenção (30%), atenção à saúde (21%) e gestão e recursos (17%).

O gráfico 11 detalha os subtemas mais frequentes. Entre os PL em tramitação com tema de direitos e responsabilidades, destacaram-se: direitos de portadores de doenças (31% dos PL deste tema) e direitos trabalhistas e previdenciários (24,6% dos PL deste tema). Entre os PL em tramitação com tema de prevenção, destacaram-se: vigilância sanitária (27,1% dos PL deste tema, sendo que 35% deles abordavam medicamentos); e vigilância à saúde do trabalhador (14,6% dos PL deste tema).

Gráfico 10. Distribuição de temas da saúde de 1.710 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019, por ano de apresentação.



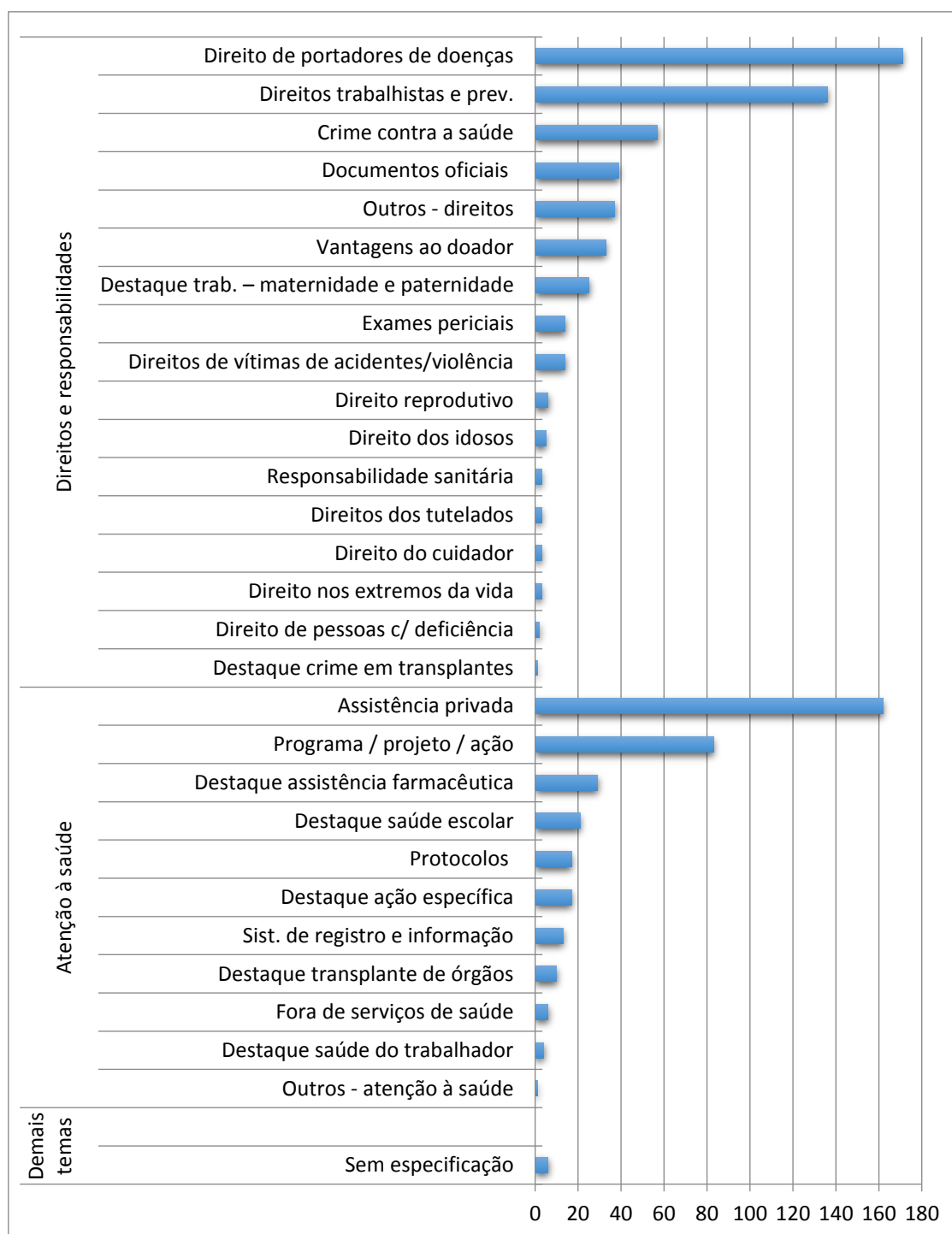
Fonte: Tabela 9 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Entre os PL em tramitação com tema de atenção à saúde, destacaram-se: programas e ações de saúde (45,2% dos PL deste tema) e assistência privada (44,6% dos PL deste tema).

Entre os PL em tramitação com tema de gestão e recursos, destacaram-se: recursos humanos (29% dos PL deste tema, sendo que 52% deles abordavam o mercado de trabalho), gestão (34,6% dos PL deste tema) e financiamento da saúde (27,9% dos PL deste tema).

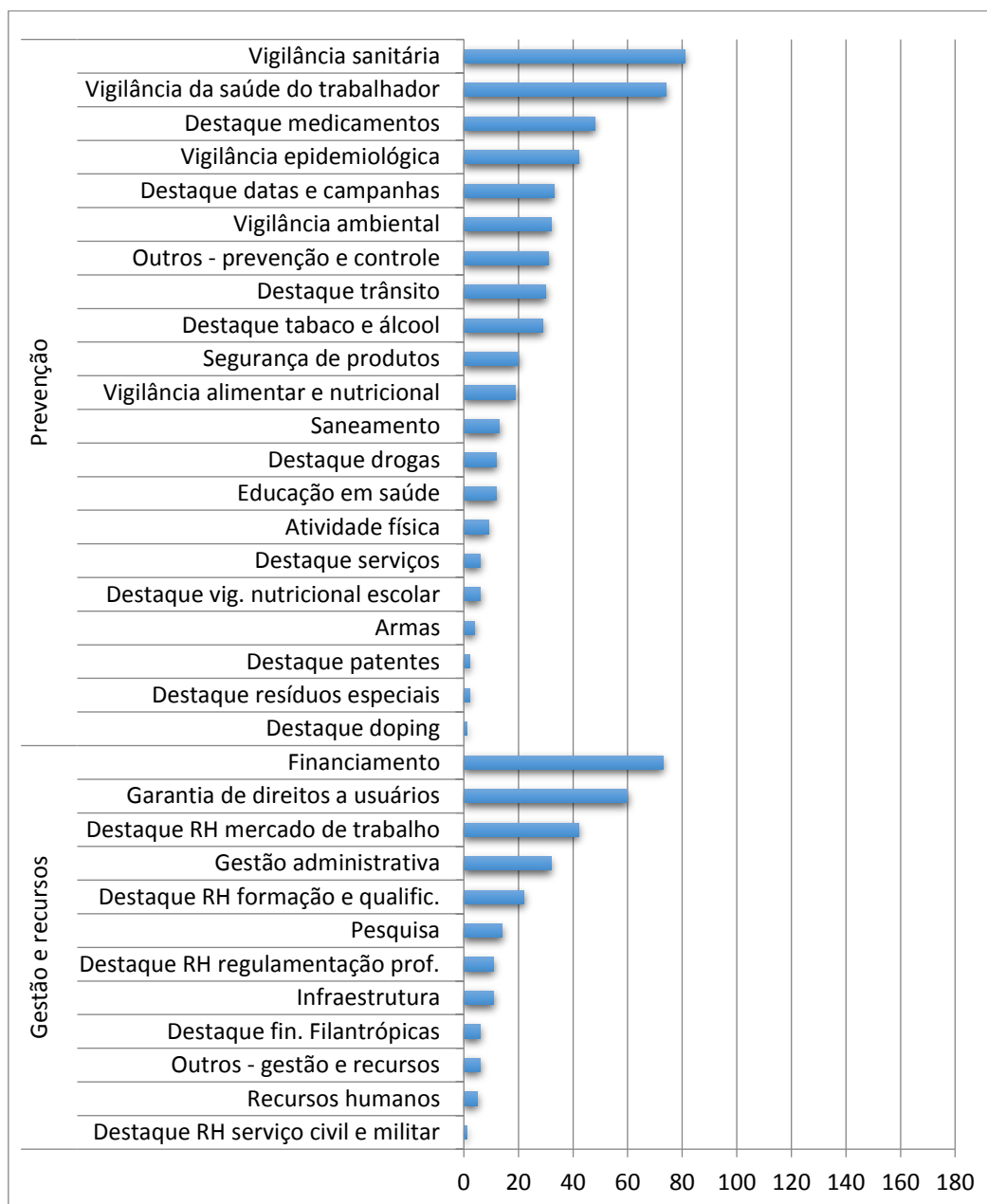
Apenas 6 PL em tramitação foram considerados como outros temas da saúde (0,4% do total).

Gráfico 11. Distribuição de temas e subtemas da saúde de 1.710 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019.



(...)

(continuação)



Fonte: Tabela 10 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

O gráfico 12 indica os locais da Câmara em que se encontravam os PL relacionados à saúde, segundo temas. Os cinco locais com maior frequência são: MESA (9,5%), Plenário (5,8%), CCJC (5,3%), CSSF (2,6%), CFT (1,5%). Estavam apensados 72,9% dos PL e também para este tipo de proposição o registro de local no Sileg está indefinido.

O gráfico 13 detalha os temas e subtemas dos PL, conforme locais selecionados onde se encontravam. Na CSSF e na CCJC, predominavam temas de prevenção; na CFT, temas de direitos e responsabilidades; e no Plenário, temas de prevenção.

O gráfico 14 indica os locais associados às situações de tramitação. Na CSSF, 28,9% dos PL estavam prontos para pauta; na CCJC, 26,7%; na CFT, 4%; e no Plenário, 97%. O local em que mais PL relacionados à saúde aguardavam procedimento (principalmente a designação de relator) foi a CCJC, seguido pela CSSF.

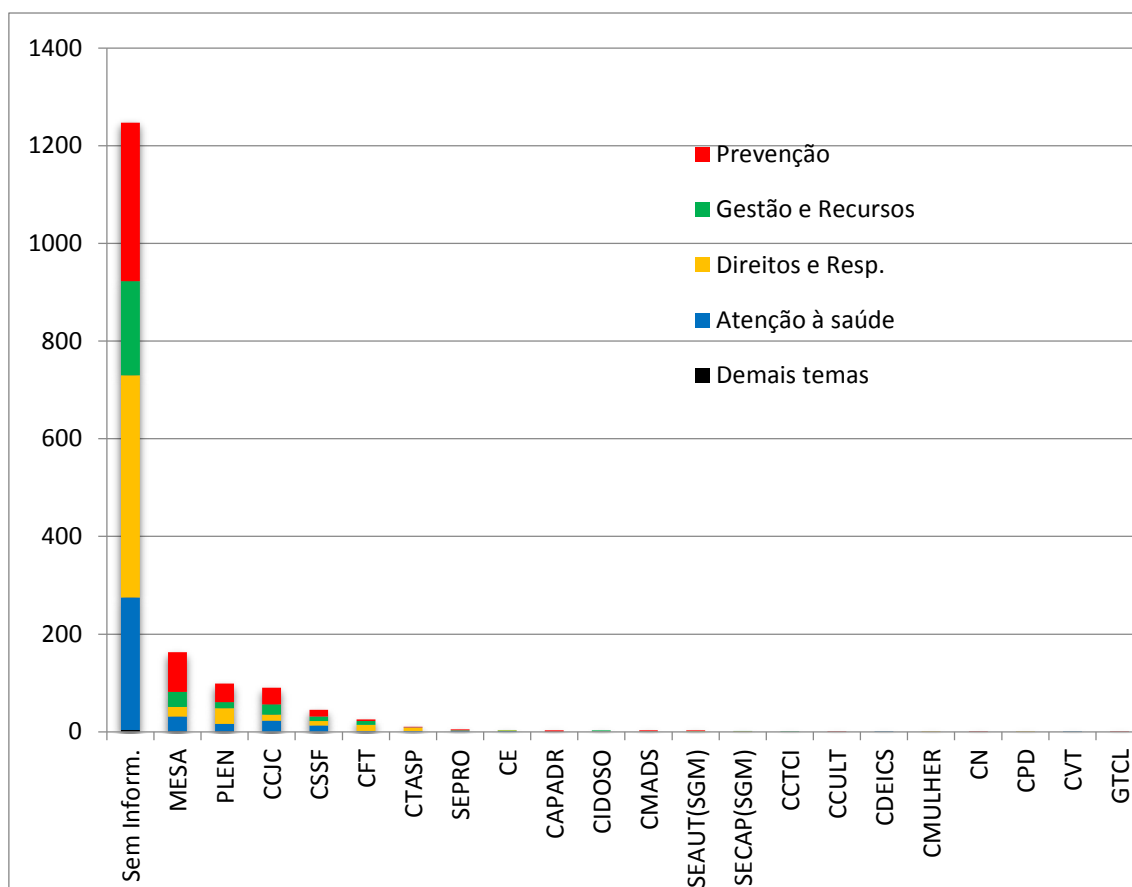
O gráfico 15 mostra a situação dos PL, conforme o grupo temático. As situações mais frequentes foram: sem informação (72,9%), pronta para pauta (8,6%), aguardando apreciação do Senado (7,4%) e aguardando designação de relator (6%). Os temas de prevenção prevaleceram nas proposições com situações de tramitação definidas, contudo, entre os sem informação, destacam-se temas de direitos e responsabilidades.

Utilizando-se critérios de prioridade foram selecionadas 79 proposições, listadas no apêndice 2. Entre essas, destacam-se em cada área temática, os mais relevantes assuntos:

- Na atenção à saúde: tratamento no exterior, política nacional de medicamentos, ressarcimento ao SUS por planos de saúde e funcionamento de clínicas de reprodução humana.

- Na prevenção: ações publicitárias e divulgação de mensagens educativas, certificado de qualidade e garantia de órteses, comissões de segurança do paciente nos hospitais, código brasileiro de segurança e saúde no trabalho, política nacional de redução de agrotóxicos.

Gráfico 12. Distribuição de temas da saúde de PL, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



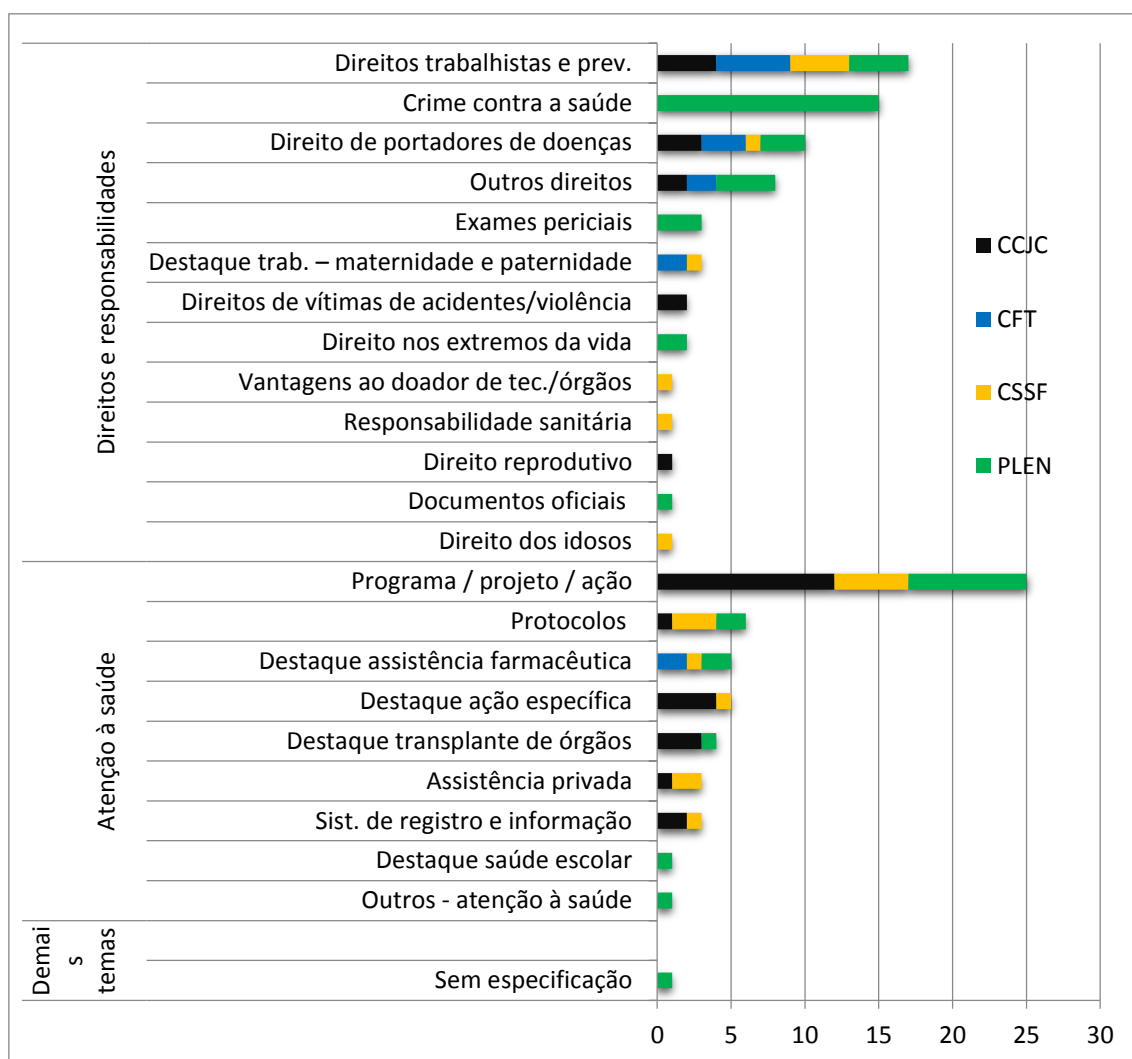
Fonte: Tabela 11 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Legendas: siglas das comissões aplicadas segundo as utilizadas pela Câmara dos Deputados.

- Nos direitos e responsabilidades: responsabilidade sanitária, penalidades por desvio de recursos da saúde.

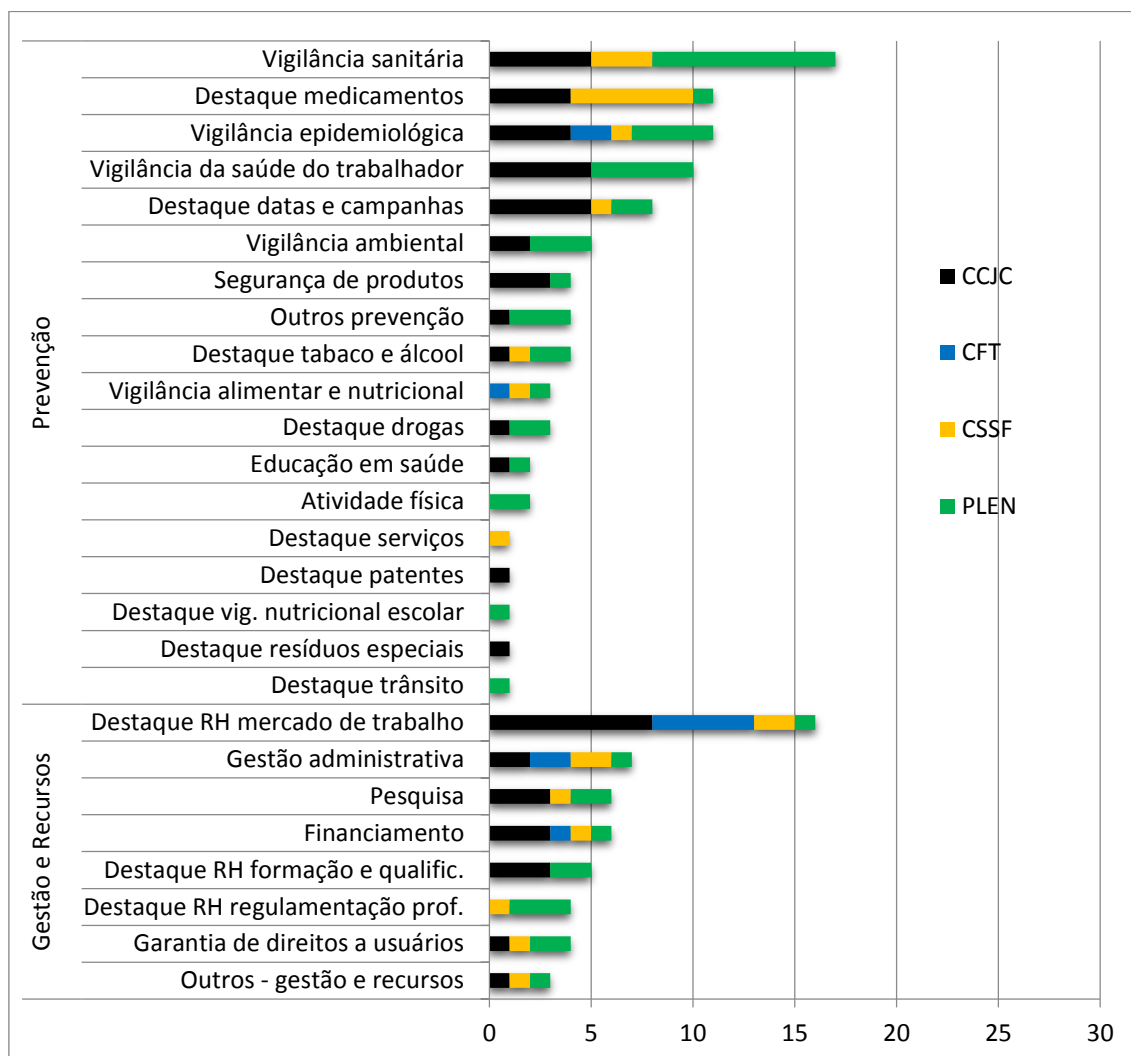
- Na gestão: recursos para a saúde (incluindo indenização do SUS por motoristas infratores, transferências de recursos), divulgação de informações para usuários, mapa da exclusão social e certificação hospitalar.

Gráfico 13. Distribuição de temas e subtemas de PL da saúde, segundo locais selecionados da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



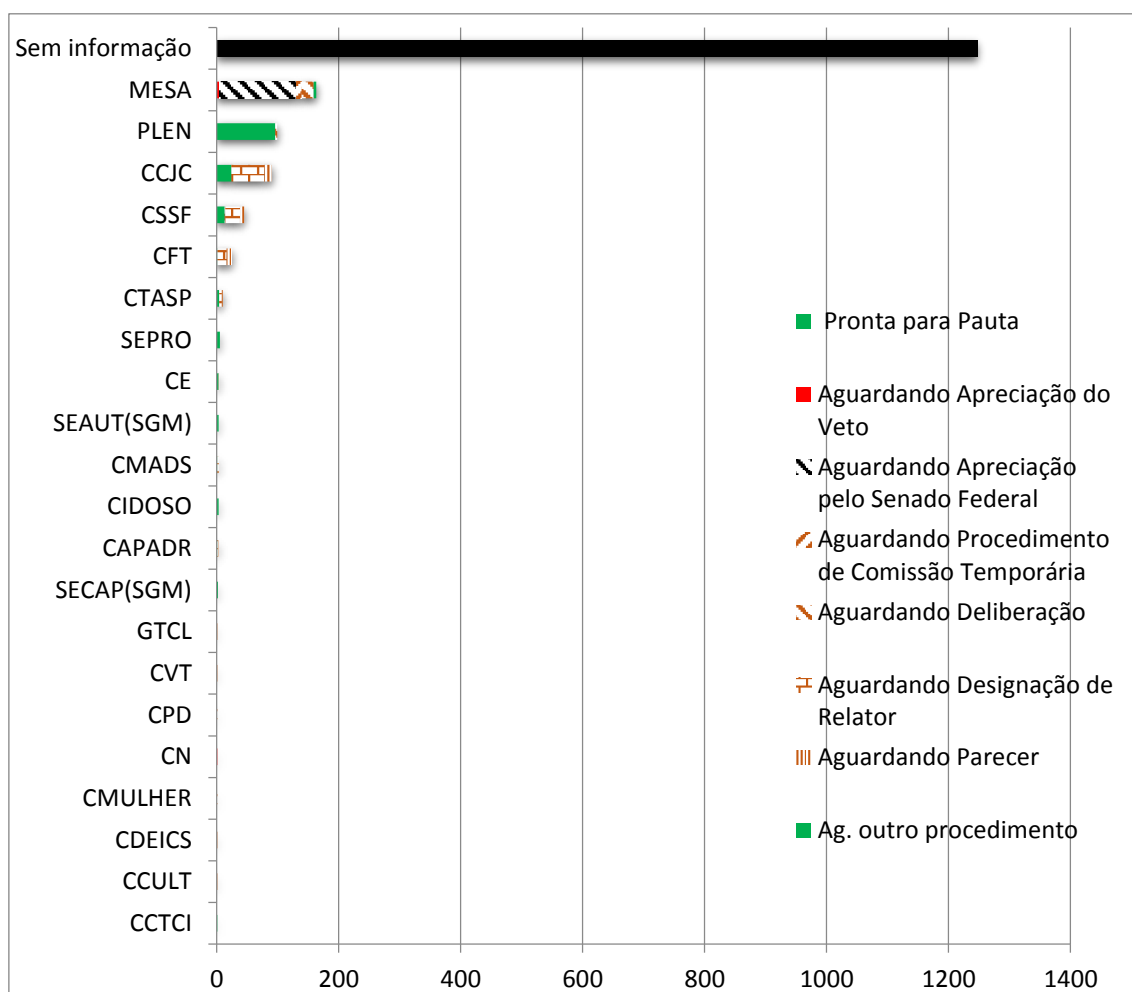
(...)

(continuação)



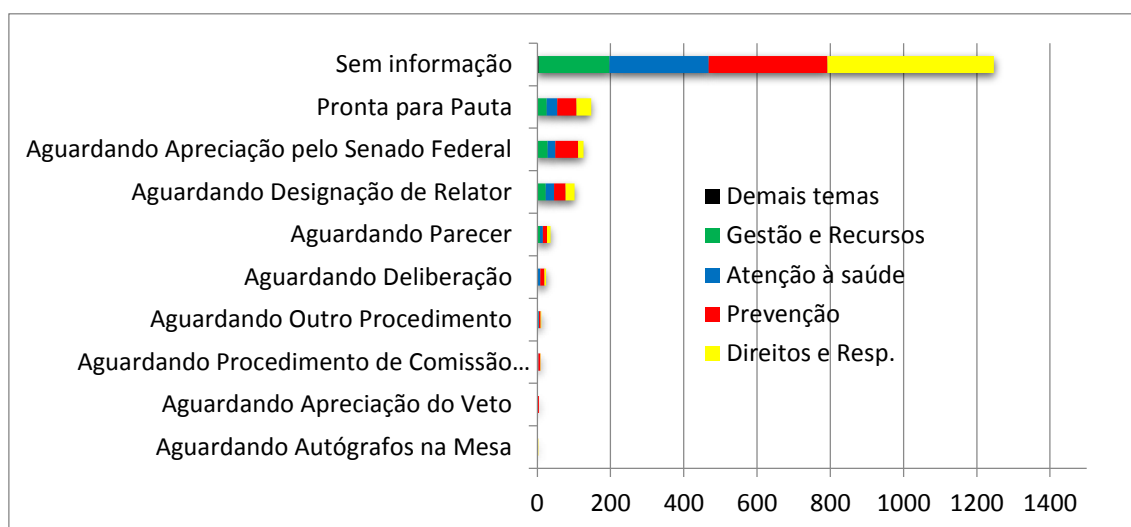
Fonte: Tabela 12 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 14. Distribuição de situação de 1.710 PL da saúde, segundo locais da Câmara dos Deputados em que se encontravam em fevereiro de 2019.



Fonte: Tabela 13 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

Gráfico 15. Distribuição de temas da saúde, segundo situação de 1.710 PL em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019.



Fonte: Tabela 14 (apêndice 1), elaborada a partir de dados do SILEG.

4. CONCLUSÕES

A metodologia utilizada possibilitou a identificação do conteúdo de proposições relacionadas à saúde que se encontravam em tramitação nas comissões e no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com os tipos de proposições associados à produção legislativa e à fiscalização.

Os resultados da pesquisa reforçam achados prévios de que determinados temas estão relacionados a certos tipos de proposição e, também, que determinados locais são críticos para a tramitação desses tipos.

Vale destacar que há necessidade de que o sistema de informação disponibilize em seu módulo de pesquisa o local de tramitação dos apensados, de modo a permitir análises mais completas.

Esses achados dão suporte ao desenvolvimento de mecanismos para monitorar os fluxos das tramitações nos diversos locais de tramitação da Casa, segundo conteúdo de políticas, e, desse modo, oferecem consistência e transparência ao debate sobre políticas públicas.

A pesquisa permitiu identificar, entre os milhares de proposições analisadas, aqueles assuntos cuja deliberação pela Casa traria um maior impacto na estruturação de políticas de saúde. Ressaltamos, no entanto, que pode haver proposições prioritárias que não tenham sido listadas neste estudo, por não se enquadrarem nos critérios de priorização estabelecidos pelo GPE-Saúde.

Essas informações são úteis para a pesquisa acadêmica, mas também, principalmente, para a organização da agenda nos locais que desejarem atuar com base em evidências; de modo a qualificar a produção legislativa e a solucionar problemas estruturantes e de interesse amplo e não apenas os simbólicos e de interesse de grupos específicos.

2019-2626

APÊNDICE 1 – DADOS USADOS NA PRODUÇÃO DOS GRÁFICOS

Tabela 1. Temas e subtemas de saúde das 30 propostas de fiscalização e controle (PFC) relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		Ano											Total
		2005	2007	2008	2009	2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Atenção à saúde	Programa/proj./ação	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	4
	Assistência farmacêutica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Assistência privada	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Direitos	Direitos de vítimas de acidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Gestão, Recursos e Pesquisa	Financiamento	1	2	1	1	1	0	1	2	4	3	0	16
	Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Destaque RH regulamentação profissional	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Prevenção	Destaque drogas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Vigilância ambiental	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Vigilância sanitária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Destaque vigilância de medicamentos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total		1	3	1	1	3	3	2	3	7	5	1	30

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 2. Temas e subtemas de saúde das 30 propostas de fiscalização e controle (PFC) relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo situação de tramitação.

Situação	Local atual							Total
	CDC	CDHM	CFFC	CMADS	CSPCCO	CSSF	SINF	
Aguardando Designação de Relator	1	0	4	0	1	6	0	12
Aguardando Parecer	2	0	5	1	0	1	0	9
Pronta para Pauta	0	1	4	0	0	2	0	7
Sem informação	0	0	0	0	0	0	2	2
Total	3	1	13	1	1	9	2	30

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CDC – Comissão de Defesa do Consumidor, CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CFFC – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, SINF – Sem informação.

Tabela 3. Temas e subtemas de saúde dos 5 projetos de decreto legislativo (PDC) relacionados à saúde em tramitação na Câmara em 06/02/19, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde	Ano					Total
	1985	2006	2009	2013	2015	
Outros temas da saúde	0	0	0	0	1	1
Programa/proj./ação	0	0	0	1	0	1
Direitos trabalhistas e prev.	1	0	0	0	0	1
Destaque RH mercado de trabalho	0	0	1	0	0	1
Vigilância da saúde do trabalhador	0	1	0	0	0	1
Total	1	1	1	1	1	5

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 4. Temas e subtemas de saúde dos 5 projetos de decreto legislativo (PDC) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo situação de tramitação.

Situação	Local				
	CCJC	CFT	MESA	PLEN	Total
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	0	0	2	0	2
Aguardando Designação de Relator	0	1	0	0	1
Pronta para Pauta	1	0	0	1	2
Total	1	1	2	1	5

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CFT – Comissão de Finanças e Tributação, PLEN – Plenário da Câmara.

Tabela 5. Temas e subtemas de saúde das 15 propostas de emenda à Constituição relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 08/02/19, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		Ano									Total
		2003	2005	2007	2009	2010	2011	2012	2015	2016	
Direitos	Direito de portadores de doenças	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Trabalhador	0	1	1	0	0	0	0	0	1	3
	Destaque mat. pat.	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Gestão, Recursos e Pesquisa	Financiamento	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3
	Gestão	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Pesquisa	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Destaque RH mercado de trabalho	1	1	0	1	0	1	0	0	0	4
Total		1	2	2	1	1	3	1	2	2	15

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 6. Temas e subtemas de saúde das 15 propostas de emenda à Constituição relacionadas à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 08/02/19, segundo situação de tramitação.

Situação	Local			
	MESA	PLEN	Sem Informação	Total
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	1	0	0	1
Aguardando Procedimento para Comissão Temporária	2	0	0	2
Pronta para Pauta	0	6	0	6
Sem Informação	0	0	6	6
Total	3	6	6	15

Fonte: Banco de dados do estudo. Legenda: PLEN – Plenário.

Tabela 7. Temas e subtemas de saúde dos 49 projetos de lei complementar relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, por ano de apresentação.

Temas e subtemas de saúde		Ano															Total
		1996	1999	2000	2003	2005	2006	2007	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2017	2018	
Demais temas	Outros temas da saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	4
Saúde	Assistência privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Direitos	Direito de portadores de doenças	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
	Trabalhador	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	1	1	0	0	8
Gestão, Recursos e Pesquisa	Financiamento	1	3	0	1	3	3	1	2	0	4	0	2	3	3	2	28
	Gestão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Prevenção	Educação em saúde	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Destaque drogas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total		1	4	1	1	4	3	3	4	2	6	3	6	5	3	3	49

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 8. Temas e subtemas de saúde dos 49 projetos de lei complementar relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo situação de tramitação.

Situação	Local								
	CCJC	CFT	CSSF	CTASP	MESA	PLEN	SERCO (SGM)	SINF	Total
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Aguardando Designação de Relator	1	1	0	1	0	0	0	0	3
Aguardando Encaminhamento	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Comissão em Funcionamento	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Pronta para Pauta	1	0	0	0	0	4	0	0	5
Sem Informação	0	0	0	0	0	0	0	36	36
Total	2	1	1	1	2	4	2	36	49

Fonte: Banco de dados do estudo.

Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CFT – Comissão de Finanças e Tributação, CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, MESA – Mesa da Câmara, PLEN – Plenário, SGM – Secretaria Geral da Mesa, SINF – Sem informação.

Tabela 9. Temas de 1.710 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, por ano de apresentação.

Ano	Tema					
	Demais temas	Atenção à saúde	Direitos e Resp.	Gestão e Rec.	Prevenção	Total
1986	0	0	0	1	0	1
1988	0	0	1	1	3	5
1989	0	1	2	0	6	9
1990	0	1	0	0	1	2
1991	0	3	1	3	6	13
1992	0	1	1	0	2	4
1993	0	0	3	0	2	5
1994	0	2	0	0	2	4
1995	0	1	2	1	9	13
1996	0	2	1	1	1	5
1997	0	6	4	0	5	15
1998	0	1	1	0	2	4
1999	0	4	3	4	9	20
2000	0	7	4	1	16	28
2001	0	9	8	5	11	33
2002	0	8	8	6	9	31
2003	1	14	16	9	29	69
2004	0	17	14	10	12	53
2005	0	7	13	10	12	42
2006	0	6	7	7	12	32
2007	0	10	28	16	34	88
2008	2	13	25	12	25	77
2009	0	10	34	11	16	71
2010	1	14	22	3	14	54
2011	0	22	55	18	36	131
2012	0	19	44	14	34	111
2013	0	30	35	20	28	113
2014	0	12	30	11	10	63
2015	2	49	80	47	62	240
2016	0	30	49	26	56	161
2017	0	36	35	16	27	114
2018	0	24	23	23	9	79
2019	0	4	3	7	6	20
Total	6	363	552	283	506	1710

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 10. Temas e subtemas de 1.710 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19.

Temas e subtemas de saúde		Total
Demais temas	Sem especificação	6
	Subtotal	6
Atenção à saúde	Outros - atenção à saúde	1
	Destaque saúde do trabalhador	4
	Fora de serviços de saúde	6
	Destaque transplante de órgãos	10
	Sist. de registro e informação	13
	Destaque ação específica	17
	Protocolos	17
	Destaque saúde escolar	21
	Destaque assistência farmacêutica	29
	Programa / projeto / ação	83
	Assistência privada	162
	Subtotal	363
Direitos e Responsabilidades	Destaque crime em transplantes	1
	Direito de pessoas c/ deficiência	2
	Direito nos extremos da vida	3
	Direito do cuidador	3
	Direitos dos tutelados	3
	Responsabilidade sanitária	3
	Direito dos idosos	5
	Direito reprodutivo	6
	Direitos de vítimas de acidentes/violência	14
	Exames periciais	14
	Destaque trab. – maternidade e paternidade	25
	Vantagens ao doador	33
	Outros - direitos	37
	Documentos oficiais	39
	Crime contra a saúde	57
	Direitos trabalhistas e prev.	136
	Direito de portadores de doenças	171
	Subtotal	552

(continua)

Temas e subtemas de saúde		Total
Gestão e recursos	Destaque RH serviço civil e militar	1
	Recursos humanos	5
	Outros - gestão e recursos	6
	Destaque fin. Filantrópicas	6
	Infraestrutura	11
	Destaque RH regulamentação prof.	11
	Pesquisa	14
	Destaque RH formação e qualific.	22
	Gestão administrativa	32
	Destaque RH mercado de trabalho	42
	Garantia de direitos a usuários	60
	Financiamento	73
	Subtotal	283
Prevenção	Destaque doping	1
	Destaque resíduos especiais	2
	Destaque patentes	2
	Armas	4
	Destaque vig. nutricional escolar	6
	Destaque serviços	6
	Atividade física	9
	Educação em saúde	12
	Destaque drogas	12
	Saneamento	13
	Vigilância alimentar e nutricional	19
	Segurança de produtos	20
	Destaque tabaco e álcool	29
	Destaque trânsito	30
	Outros - prevenção e controle	31
	Vigilância ambiental	32
	Destaque datas e campanhas	33
	Vigilância epidemiológica	42
	Destaque medicamentos	48
	Vigilância da saúde do trabalhador	74
	Vigilância sanitária	81
	Subtotal	506
Total		1.710

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 11. Temas de 1.710 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo local em que a proposição se encontrava.

Local	Tema					
	Demais temas	Atenção à saúde	Direitos e Resp.	Gestão e Recursos	Prevenção	Total
Sem Informação.	4	271	455	193	324	1247
MESA	1	30	20	31	81	163
PLEN	1	15	32	13	38	99
CCJC	0	23	12	21	34	90
CSSF	0	13	9	9	14	45
CFT	0	2	12	8	3	25
CTASP	0	2	6	1	1	10
SEPRO	0	2	0	1	2	5
CE	0	2	1	1	0	4
CAPADR	0	0	0	0	3	3
CIDOSO	0	1	1	1	0	3
CMADS	0	0	0	1	2	3
SEAUT(SGM)	0	0	1	1	1	3
SECAP(SGM)	0	0	1	1	0	2
CCTCI	0	0	0	1	0	1
CCULT	0	0	0	0	1	1
CDEICS	0	1	0	0	0	1
CMULHER	0	0	1	0	0	1
CN	0	0	0	0	1	1
CPD	0	0	1	0	0	1
CVT	0	1	0	0	0	1
GTCL	0	0	0	0	1	1
Total	6	363	552	283	506	1710

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 12. Temas e subtemas de projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo locais selecionados em que se encontravam.

Temas e subtemas de saúde		Local selecionado				Total
		CCJC	CFT	CSSF	PLEN	
Demais temas	Sem especificação	0	0	0	1	1
	Subtotal	0	0	0	1	1
Atenção à saúde	Outros - atenção à saúde	0	0	0	1	1
	Destaque saúde escolar	0	0	0	1	1
	Sist. de registro e informação	2	0	1	0	3
	Assistência privada	1	0	2	0	3
	Destaque transplante de órgãos	3	0	0	1	4
	Destaque ação específica	4	0	1	0	5
	Destaque assistência farmacêutica	0	2	1	2	5
	Protocolos	1	0	3	2	6
	Programa / projeto / ação	12	0	5	8	25
	Subtotal	23	2	13	15	53
Direitos e Responsabilidades	Direito dos idosos	0	0	1	0	1
	Documentos oficiais	0	0	0	1	1
	Direito reprodutivo	1	0	0	0	1
	Responsabilidade sanitária	0	0	1	0	1
	Vantagens ao doador de	0	0	1	0	1
	Direito nos extremos da vida	0	0	0	2	2
	Direitos de vítimas de	2	0	0	0	2
	Destaque trab. – maternidade/pat.	0	2	1	0	3
	Exames periciais	0	0	0	3	3
	Outros direitos	2	2	0	4	8
	Direito de portadores de doenças	3	3	1	3	10
	Crime contra a saúde	0	0	0	15	15
	Direitos trabalhistas e prev.	4	5	4	4	17
	Subtotal	12	12	9	32	65

(continua)

(continuação)

Temas e subtemas de saúde		Local selecionado				Total
		CCJC	CFT	CSSF	PLEN	
Gestão e Recursos	Outros - gestão e recursos	1	0	1	1	3
	Garantia de direitos a	1	0	1	2	4
	Destaque RH	0	0	1	3	4
	Destaque RH formação e	3	0	0	2	5
	Financiamento	3	1	1	1	6
	Pesquisa	3	0	1	2	6
	Gestão administrativa	2	2	2	1	7
	Destaque RH mercado de	8	5	2	1	16
	Subtotal	21	8	9	13	51
Prevenção	Destaque trânsito	0	0	0	1	1
	Destaque resíduos especiais	1	0	0	0	1
	Destaque vig. nutricional	0	0	0	1	1
	Destaque patentes	1	0	0	0	1
	Destaque serviços	0	0	1	0	1
	Atividade física	0	0	0	2	2
	Educação em saúde	1	0	0	1	2
	Destaque drogas	1	0	0	2	3
	Vigilância alimentar e	0	1	1	1	3
	Destaque tabaco e álcool	1	0	1	2	4
	Outros prevenção	1	0	0	3	4
	Segurança de produtos	3	0	0	1	4
	Vigilância ambiental	2	0	0	3	5
	Destaque datas e	5	0	1	2	8
	Vigilância da saúde do	5	0	0	5	10
	Vigilância epidemiológica	4	2	1	4	11
	Destaque medicamentos	4	0	6	1	11
	Vigilância sanitária	5	0	3	9	17
	Subtotal	34	3	14	38	89
Total						259

Fonte: Banco de dados do estudo.

Tabela 13. Situação de tramitação de 1.710 PL relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo local da proposição.

Local	Situação									
	Pronta para Pauta	Aguardando Apreciação do Veto	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	Aguardando Deliberação	Aguardando Designação de Relator	Aguardando Parecer	Aguardando outro procedimento	Sem informação	Total
CCTCI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CCULT	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
CDEICS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
CMULHER	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CN	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
CPD	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CVT	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GTCL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
SECAP (SGM)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
CAPADR	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3
CIDOSO	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
CMADS	1	0	0	0	0	2	0	0	0	3
SEAUT (SGM)	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
CE	3	0	0	0	0	0	1	0	0	4
SEPRO	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5

(continua)

(continuação)

Local	Situação									
	Pronta para Pauta	Aguardando apreciação do Veto	Aguardando apreciação pelo Senado Federal	Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	Aguardando Deliberação	Aguardando Designação de Relator	Aguardando Parecer	Aguardando outro procedimento	Sem informação	Total
CTASP	4	0	0	0	0	4	2	0	0	10
CFT	1	0	0	0	0	15	9	0	0	25
CSSF	13	0	0	0	1	24	7	0	0	45
CCJC	24	0	0	0	0	54	12	0	0	90
PLEN	96	0	0	0	3	0	0	0	0	99
MESA	0	4	126	9	20	0	0	4	0	163
Sem informação	0	0	0	0	0	0	0	0	1247	1247
Total	147	5	126	9	24	102	36	14	1247	1710

Fonte: Banco de dados do estudo

Tabela 14. Temas de 1.710 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em 06/02/19, segundo situação de tramitação.

Situação	Tema					Total
	Demais temas	Gestão e Recursos	Atenção à saúde	Prevenção	Direitos e Resp.	
Aguardando Autógrafos na Mesa	0	1	0	1	1	3
Aguardando Apreciação do Veto	0	2	0	3	0	5
Aguardando Procedimento de Comissão Temporária	0	1	2	5	1	9
Aguardando Outro Procedimento	0	3	2	4	2	11
Aguardando Deliberação	0	1	7	12	4	24
Aguardando Parecer	0	7	8	12	9	36
Aguardando Designação de Relator	0	23	23	31	25	102
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	1	27	21	62	15	126
Pronta para Pauta	1	25	29	52	40	147
Sem informação	4	193	271	324	455	1247
Total	6	283	363	506	552	1710

Fonte: Banco de dados do estudo.

APÊNDICE 2 – LISTAGENS DE PROPOSIÇÕES SELECIONADAS, POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

Os códigos de temas e subtemas referem-se aos adotados pelo GPE-Saúde.

A) PFC selecionadas

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PFC 81/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados à sífilis e seu tratamento no Brasil.	ASA	ppp	Laura Carneiro
PFC 175/2018	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.	ASA	ppp	Roberto de Lucena
PFC 116/2017	Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle para verificar compra emergencial pelo Ministério da Saúde do medicamento Eritropoietina (Alfaepoetina) da China.	ASA	ppp-afc	Jorge Solla
PFC 41/2011	Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o cumprimento de autorizações para a realização de cirurgias, exames e outros procedimentos e do prazo destes atendimentos aos usuários.	ASA	pri	Roberto Santiago
PFC 73/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso dos recursos do Seguro de Dados Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.	DIR	dvi	Laura Carneiro
PFC 79/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados ao desabastecimento do teste tuberculínico para diagnóstico da tuberculose latente no sistema de saúde nacional.	GRP	fin	Laura Carneiro
PFC 159/2017	Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para juntamente com o Tribunal de Contas da União - TCU, execute auditoria na Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre a aplicação e quitação das multas às empresas sob sua área de atuação.	GRP	ges	Rodrigo Martins
PFC 71/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), procedimento fiscalizatório no Conselho Federal de	GRP	rhs-rep	Hildo Rocha

PFC 9/2011	Enfermagem e no Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Maranhão, nas gestões indicadas, tendo em vista indícios de má utilização de recursos públicos. Proposta de Fiscalização e Controle das políticas públicas sobre o crack.	PPC	frc-dro	Perpétua Almeida
PFC 149/2013	Propõe que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias fiscalize os órgãos da administração direta e indireta da União responsáveis por atender a população atingida por contaminação por chumbo e outros metais pesados, por promover a recuperação ambiental das áreas degradadas, e por responsabilizar as empresas vinculadas à Sociedade Mineira e Metalúrgica de Peñarroya e suas sucessoras pelo passivo socioambiental deixado no Brasil.	PPC	vam	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
PFC 117/2013	Propõe que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável fiscalize a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) e órgãos conexos para apurar denúncias com relação aos abatedouros que operam sem condições de higiene e poluem o meio ambiente.	PPC	vis	Sarney Filho

B) PDC selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PDC 2351/2006	Aprova o texto da Convenção Nº 184, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), complementada pela Recomendação Nº 192, assinadas em 21 de junho de 2001.	PPC	vtr	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PDC 64/2015	Aprova o texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009.	OUT	dtsout	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

C) PEC selecionadas

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PEC 454/2009	Altera o Título VIII, Capítulo II, Seção II - "Da Saúde" -, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Explicação: Estabelece diretrizes para a organização da carreira única de Médico de Estado.	GRP	rhs-imt	Ronaldo Caiado
PEC 517/2010	Dá nova redação às alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.	GRP	pes	Senado Federal - Álvaro Dias

D) PLP selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PLP 251/2005	Inclui parágrafos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Explicação: Aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos financeiros destinados à saúde.	GRP	fin	Roberto Gouveia
PLP 264/2005	Dispõe sobre as despesas de pessoal de servidores de estados e municípios vinculados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Exclui do cálculo da receita corrente líquida as despesas com pessoal da saúde que são custeados por transferências do SUS. Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Jandira Feghali
PLP 268/2005	Dispõe sobre limites e controle social das despesas de pessoal nos recursos da saúde nos municípios. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	GRP	fin	Marco Maia
PLP 328/2006	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para definir um limite de despesas de pessoal diferenciado para a área de saúde. Explicação: Eleva para, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) o limite total de despesa com pessoal, exclusivamente na área de saúde dos Municípios.	GRP	fin	Adelor Vieira
PLP 331/2006	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para definir um limite de despesas de pessoal diferenciado para a área de saúde. Explicação: Aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos financeiros destinados à saúde.	GRP	fin	Paulo Bauer
PLP 382/2006	Acrescenta inciso VII ao parágrafo 1º do art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir despesas com o Programa Saúde da Família do limite das despesas de pessoal dos Municípios.	GRP	fin	Érico Ribeiro
PLP 36/2007	Dispõe sobre as despesas de pessoal de servidores de estados e municípios vinculados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Exclui do cálculo da receita corrente líquida as despesas com pessoal da saúde que são custeados por transferências do SUS. Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Alice Portugal
PLP 515/2009	Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Explicação: Inclui as despesas com pessoal dos programas fins de educação e saúde municipais nas despesas não	GRP	fin	Mário Negromonte

	computadas para o cálculo de percentuais máximos de gastos públicos da Lei de Responsabilidade Fiscal.			
PLP 548/2009	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para incluir o § 3º no art. 18 e o inciso VII no § 1º do art. 19. Explicação: Determina que despesas públicas com pessoal destinadas às atividades de saúde e de educação sejam contabilizadas como "Outras Despesas - Pessoal da Educação" e "Outras Despesas - Pessoal da Saúde".	GRP	fin	Ivan Valente
PLP 25/2011	Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Amauri Teixeira
PLP 35/2011	Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados ao Programa Saúde da Família. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, 2000.	GRP	fin	Washington Reis
PLP 92/2011	Dispõe sobre a exclusão das despesas com pessoal dos integrantes do Programa da Saúde da Família nos Municípios dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	GRP	fin	Paulo Foletto
PLP 393/2014	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para excluir do limite de despesas de pessoal os recursos destinados às ações e serviços de saúde e de educação.	GRP	fin	Rogério Carvalho
PLP 132/2015	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Explicação: Trata da não computação de despesas de pessoal custeada com recursos da União para prestação de serviços de caráter temporário ou por prazo determinado nas áreas de saúde e de educação nas despesas total com pessoal.	GRP	fin	Comissão de Legislação Participativa
PLP 208/2015	Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para regulamentar as transferências voluntárias no caso de inadimplência do ente beneficiário.	GRP	fin	Ronaldo Carletto
PLP 57/2015	Exclui das despesas de pessoal dos Municípios, para efeito do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as relativas às áreas de educação e saúde, dos recursos provenientes dos repasses da União"	GRP	fin	Elizeu Dionizio
PLP 296/2005	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para normatizar as despesas com publicidade e propaganda por parte do Poder Executivo.	PPC	eds	Mário Heringer
PLP 143/2007	Acrescenta Seção IV "Das Despesas com Publicidade e Propaganda", com art. 24-A, ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	PPC	eds	Dr. Pinotti

E) PL selecionados

Proposição	Ementa	Tema	Subtema	Autor
PL 3494/2000	Dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do "habeas data".	ASA	doc	Senado Federal - Lúcio Alcântara
PL 1128/2003	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.	ASA	ppp	Carlos Abicalil
PL 4166/2004	Dispõe sobre o tratamento de saúde no exterior custeado pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp	Rafael Guerra
PL 2099/1999	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	ASA	ppp-afc	Zaire Rezende
PL 3899/2000	Dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamento de uso contínuo indisponível na rede local do Sistema. Explicação: Altera a Lei nº 8.080, de 1990.	ASA	ppp-afc	José Carlos Coutinho
PL 7446/2002	Estabelece a assistência farmacêutica no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.	ASA	ppp-afc	José Carlos Coutinho
PL 3706/2004	Dispõe sobre distribuição de medicamentos para doenças crônicas e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Eduardo Paes
PL 3167/2008	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos para portadores de doenças crônicas de baixa prevalência ou rara a pacientes da rede pública de saúde e dá outras providências.	ASA	ppp-afc	Luiz Carlos Haully
PL 8044/2010	Institui a Política Nacional de Medicamentos.	ASA	ppp-afc	Senado Federal - Papaléo Paes
PL 1606/2011	Dispõe sobre a dispensação de medicamentos para doenças raras e graves, que não constam em listas de medicamentos excepcionais padronizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	ASA	ppp-afc	Marçal Filho
PL 7600/2006	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências. Explicação: Estabelece normas para o atendimento dos usuários de planos de saúde, o ressarcimento de despesas quando o atendimento for realizado pelo SUS ou seus conveniados, a adoção do Cartão Nacional de Saúde, atualização e divulgação da TUNEP - Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos.	ASA	pri	Dr. Pinotti

PL 4076/2001	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor. Explicação: Inclui a cobertura de consultas, exames e demais procedimentos ambulatoriais de caráter preventivo.	ASA	pri	Henrique Fontana
PL 3058/2004	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", e dá outras providências. Explicação: Obriga as operadoras de planos de assistência à saúde a emitir relatório discriminando o valor cobrado pelo prestador, o reconhecido pela operadora, a glosa, os tributos e outros.	ASA	pri	Mário Heringer
PL 3940/2004	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e dá outras providências. Explicação: Estabelece normas para o funcionamento das empresas operadoras de plano de saúde e o relacionamento entre operadoras, prestadores de serviços e usuários; altera a Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001.	ASA	pri	Dr. Pinotti
PL 5246/2005	Inclui novo parágrafo e altera a redação do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Explicação: Proibindo a exigência de pagamento prévio ou cobrança de caução do consumidor que tenha necessidade de pronto atendimento; alterando a Lei nº 8.078, de 1990.	ASA	pri	Luiz Couto
PL 8048/2010	Altera o art. 35-F da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para instituir política de assistência à saúde da criança e do adolescente no âmbito do Sistema de Saúde Suplementar.	ASA	pri	Senado Federal - Patricia Saboya
PL 5912/2013	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre os direitos básicos do consumidor de planos e seguros privados de assistência à saúde.	ASA	pri	Márcio França
PL 6941/2017	Altera a Lei nº 9.656, de junho de 1998, acrescentando as definições dos tipos de contratações dos planos privados de assistência à saúde e estabelece obrigações para administradoras e operadoras de planos de assistência à saúde	ASA	pri	Jozí Araújo
PL 10700/2018	Fica alterada a Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 determinando que os reajustes para planos de saúde coletivos sejam regulado pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.	ASA	pri	Clarissa Garotinho
PL 10722/2018	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Explicação: Estabelece que a incorporação dos medicamentos antineoplásicos de uso oral no rol de cobertura dos planos de saúde será efetivada automaticamente após registro do medicamento junto a Anvisa.	ASA	pri	Carmen Zanotto
PL 2061/2003	Disciplina o uso de técnicas de Reprodução Humana Assistida como um dos componentes auxiliares no processo de procriação, em serviços de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.	ASA	pro	Maninha

PL 4889/2005	Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Clínicas de Reprodução Humana.	ASA	pro	Salvador Zimbaldi
PL 4892/2012	Institui o Estatuto da Reprodução Assistida, para regular a aplicação e utilização das técnicas de reprodução humana assistida e seus efeitos no âmbito das relações civis sociais.	ASA	pro	Eleuses Paiva
PL 115/2015	Institui o Estatuto da Reprodução Assistida, para regular a aplicação e utilização das técnicas de reprodução humana assistida e seus efeitos no âmbito das relações civis sociais.	ASA	pro	Juscelino Rezende Filho
PL 4097/2004	Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	ASA	pro	Zenaldo Coutinho
PL 3011/2000	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e acrescenta o inciso VI ao art. 323, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal. Explicação: Aumenta o prazo de detenção para 3 (três) anos para mau uso de verbas ou rendas públicas, e determina como crime inafiançável, o desvio de recursos públicos destinados a educação, saúde e assistência social.	DIR	ccs	Osvaldo Biolchi
PL 3065/2000	Acrescenta o inciso VII ao art. 323 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação: Inclui como crime inafiançável os praticados em detrimento de verbas destinadas a saúde.	DIR	ccs	Almeida de Jesus
PL 6699/2002	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	DIR	ccs	José Carlos Coutinho
PL 7079/2002	Estabelece as sanções penais aplicáveis pelo descumprimento das normas da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, referentes à coleta, ao processamento, à estocagem, à distribuição e à aplicação de sangue e de seus componentes derivados.	DIR	ccs	Poder Executivo
PL 3760/2004	Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. Explicação: Tipifica como crime hediondo os crimes praticados contra a administração pública em detrimento dos direitos sociais constitucionais.	DIR	ccs	Wilson Santos
PL 2518/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estipular pena mais grave para os crimes de peculato, concussão, emprego irregular de verbas e rendas públicas, corrupção ativa e passiva quando referir-se a ações destinadas à saúde e educação. Explicação: A pena será aplicada em dobro.	DIR	ccs	Duarte Nogueira
PL 3295/2015	Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do agente público que desviar verbas públicas destinadas à saúde,	DIR	ccs	Fabricio Oliveira

	à educação e à segurança pública, apropriando-se delas, desviando-as ou empregando-as irregularmente.			
PL 2855/1997	Dispõe sobre a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e dá outras providências. Explicação: Inclui a fecundação in vitro, transferência de pre-embriões, transferência intratubária de gametas, a criopreservação de embriões e a gestação de substituição, a conhecida barriga de aluguel.	DIR	dre	Confúcio Moura
PL 1184/2003	Dispõe sobre a Reprodução Assistida. Explicação: Define normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical.	DIR	dre	Senado Federal - Lucio Alcantara
PL 1135/2003	Dispõe sobre a reprodução humana assistida. Explicação: Define normas para realização de inseminação artificial, fertilização "in vitro", barriga de aluguel (gestação de substituição ou doação temporária do útero), e criopreservação de gametas e pré-embriões.	DIR	dre	Dr. Pinotti
PL 2558/1992	Dispõe sobre a necrópsia como método de diagnóstico médico e de investigação médico-legal e dá outras providências	DIR	exp	Senado Federal - Francisco Rollemberg
PL 4518/2008	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, de modo a agravar a pena cominada ao emprego irregular de verbas ou rendas públicas, em especial, às destinadas à saúde e educação. Explicação: Fixa a pena de reclusão de um a três anos.	DIR	rps	Lincoln Portela
PL 7585/2014	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	DIR	rps	Senado Federal - Humberto Costa
PL 1162/2011	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código Nacional de Trânsito - para estender a aplicação da receita arrecadada com cobranças de multas de trânsito nas rodovias federais aos fundos de saúde.	GRP	fin	Fernando Francischini
PL 2063/2015	Altera a Lei nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a utilização e composição do Fundo Partidário.	GRP	fin	Jaime Martins
PL 2964/2015	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a aplicação dos recursos apreendidos nas operações de combate à corrupção e ao tráfico de drogas.	GRP	fin	Célio Silveira
PL 3053/2015	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para incluir na multa reparatória às vítimas de crimes de trânsito parcela indenizatória às despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	GRP	fin	Christiane de Souza Yared

PL 4102/2015	Acrescenta artigo 328-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que trata do Código de Trânsito Brasileiro - CTB com o objetivo de obrigar os condutores de veículos automotores em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas legais ou ilegais a arcar com custos hospitalares das vítimas.	GRP	fin	Marcelo Belinati
PL 9002/2017	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social na área de educação básica pública, sobre a destinação dos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção, e sobre a aplicação de recursos do principal do Fundo Social nas áreas de educação básica pública e de saúde pública.	GRP	fin	Senado Federal - Ricardo Ferraço
PL 9214/2017	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar que o produto da arrecadação de impostos federais incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco e sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens seja vinculado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).	GRP	fin	Senado Federal - Otto Alencar
PL 10161/2018	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para destinar 30% (trinta por cento) da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)	GRP	fin	Senado Federal - Eduardo Amorim
PL 9553/2018	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - para alterar o caput do artigo 320 e acrescentar o parágrafo 3º.	GRP	fin	Sergio Vidigal
PL 9691/2018	Acrescenta os §§4º e 5º ao art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS e aos dispositivos de segurança em caso de pânico, utilizados pelas vítimas de violência doméstica e familiar. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.	GRP	fin	Rafael Motta
PL 2594/1996	Dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	GRP	ges	Senado Federal - Lúcio Alcântara
PL 6680/2002	Estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado Explicação: Determina que o Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional o Mapa da Exclusão Social, como parte integrante da prestação de contas anual.	GRP	ges	Eduardo Campos
PL 5503/2013	Acrescenta art. 39-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação e certificação da qualidade dos serviços hospitalares.	GRP	ges	Senado Federal - Vital do Rêgo

PL 9245/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas fornecedoras de aparelhos e equipamentos hospitalares serem responsáveis pela manutenção dos mesmos. Explicação: Altera a Lei nº 8.666, de 1993.	GRP	ges	Gorete Pereira
PL 9917/2018	Acrescenta o inciso XXII ao art. 15 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o sistema de identificação biométrica dos usuários dos serviços de saúde.	GRP	ges	Rômulo Gouveia
PL 10106/2018	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.	GRP	ges-dus	Senado Federal - Reguffe
PL 10167/2018	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir a transparência das filas de espera de consultas, exames e tratamentos, e a divulgação dos protocolos clínicos ou de diretrizes terapêuticas para doenças utilizados em estabelecimentos que prestam serviços ao SUS.	GRP	ges-dus	Comissão Especial destinada a estudar o processo de inovação e incorporação tecnológica no complexo produtivo da saúde, no Brasil e no mundo
PL 9586/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na internet, com atualização mensal ou bimestral da lista de espera dos pacientes que aguardam para realizar cirurgias médicas eletivas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	GRP	ges-dus	Victor Mendes
PL 1419/2007	Altera e acrescenta os artigos 4º e 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, a fim de destinar recursos desse Fundo para a implantação e manutenção de programas, projetos e atividades relacionados à universalização de serviços de suporte à telemedicina e à telessaúde.	GRP	inf	Rafael Guerra
PL 2785/2008	Altera o art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Explicação: Garante a destinação de recursos do FUST, para dar suporte às ações de telemedicina.	GRP	inf	Rebecca Garcia
PL 5116/2009	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que "Institui o Fundo de Universalização dos serviços de Telecomunicações - FUST". Explicação: Destina recursos do Fust com o fim de implantar e capacitar a conectividade "banda larga" com acesso à Internet em todos os programas e atividades do SUS, ampliando os projetos de telemedicina e telessaúde.	GRP	inf	José Genoíno

PL 4517/2012	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conferir a estabelecimentos de ensino regular e às instituições de saúde gratuidade no acesso à internet.	GRP	inf	Nilson Leitão
PL 1934/1999	Regulamenta o uso e a divulgação do genoma humano.	GRP	pes	Dr. Hélio
PL 3377/2000	Dispõe sobre a utilização e a pesquisa do código genético e dá outras providências. Explicação: Cria normas para a utilização e a pesquisa do Genoma. Altera a Lei nº 9.279, de 1996.	GRP	pes	Aloizio Mercadante
PL 7211/2002	Acrescenta artigos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Explicação: Penaliza a extração de material genético da flora e fauna brasileira, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, para pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, em desacordo com as leis ambientais, nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, para fins econômicos ou ilícitos.	GRP	pes	PODER EXECUTIVO
PL 6395/2005	Acrescenta parágrafo ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Explicação: Dispondo que no reconhecimento de cursos de graduação na área de saúde, bem como o aumento de vagas, dependerá de manifestação prévia favorável do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, conforme o caso.	GRP	rhs-foq	Sandes Júnior
PL 16/2007	Dispõe sobre as condições para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação em Medicina e para o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino que os oferecem.	GRP	rhs-foq	Dr. Pinotti
PL 3343/2008	Consolida a legislação federal em saúde. Explicação: Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	OUT	dtsout	Rita Camata
PL 4247/2008	Consolida a legislação sanitária federal. Explicação: Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	OUT	dtsout	Senado Federal - Tião Viana
PL 339/1995	Institui obrigatoriedade da veiculação gratuita, pelas emissoras de rádio e televisão do país, de mensagens alusivas e formas de prevenção contra a AIDS e dá outras providências.	PPC	eds	Jaques Wagner
PL 349/1995	Institui obrigatoriedade da veiculação gratuita, pelas emissoras de rádio e televisão do País, de mensagem alusivas e formas de prevenção contra a AIDS, e dá outras providências.	PPC	eds	ANA JULIA

PL 8815/2017	Altera o § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a obrigatoriedade de ensino teórico-prático de primeiros socorros aos alunos do ensino fundamental e médio.	PPC	eds	Senado Federal - Ronaldo Caiado
PL 9144/2017	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para restringir o uso de produtos fumígenos em veículos automotores	PPC	frc-tal	Heuler Cruvinel
PL 6670/2016	Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA, e dá outras providências.	PPC	vam	Comissão de Legislação Participativa
PL 8026/2017	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei no 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei no 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nos 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".	PPC	vam	Luzia Ferreira

PL 8874/2017	Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados, restaurantes e estabelecimentos assemelhados.	PPC	van	Giuseppe Vecci
PL 6898/2017	Institui a Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos (PNCDA) e altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.	PPC	van	Senado Federal - Ataídes Oliveira
PL 2716/2007	Altera a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a venda à criança e adolescente de substâncias que se equiparam ao álcool, drogas psicotrópicas depressivas, estimulantes ou perturbadoras do Sistema Nervoso Central e esteróides anabolizantes.	PPC	vis	Onyx Lorenzoni
PL 6520/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação e manutenção de comissões de segurança do paciente nos hospitais do País.	PPC	vis	Rômulo Gouveia
PL 116/2011	Cria o Certificado de qualidade e garantia de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico.	PPC	vis	Beto Albuquerque
PL 7097/2002	Institui o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho.	PPC	vtr	Arnaldo Faria de Sá